

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 590.035 - RS (2014/0249872-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **MARIA ARTEMIA GRISOLIA PEREIRA**
ADVOGADO : **FERNANDO DE MORAIS GARCEZ - RS069356**
AGRAVADO : **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA**
ADVOGADO : **GUILHERME DE SOUZA LIMA PACHECO E OUTRO(S) - RS056375**
INTERES. : **SÉRGIO ANTÔNIO RAMIRO DE CARVALHO E OUTROS**

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por inexistência de violação dos arts. 165, 458 e 535 do CPC/1973 e por óbice da Súmula n. 7 do STJ.

O Tribunal de origem proveu o agravo de instrumento interposto pela agravante, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 153):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO.

Não cabe o reconhecimento da prescrição se a ação foi proposta no prazo legal de seu exercício e a demora na citação do réu ocorreu em virtude de sua não localização. Inteligência da Súmula 106 do STJ.

Preliminar de não conhecimento - Afastada. As razões recursais atacaram corretamente a decisão agravada.

PRELIMINAR AFASTADA E AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. UNÂNIME.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 183/188).

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, a agravante apontou violação dos arts. 202, I, do CC/2002, 219, caput, §§ 2º, 3º e 4º, do CPC/1973, e 71 da Lei Uniforme de Genebra, insurgindo-se contra o afastamento da prescrição reconhecida pelo juízo da primeira instância.

Aduziu ofensa aos arts. 165, 458 e 535 do CPC/1973, por omissão do acórdão recorrido quanto aos arts. 202, I, do CC/2002, 219, caput, §§ 2º, 3º e 4º, do CPC/1973, e 71 da Lei Uniforme de Genebra, no caso de não serem considerados prequestionados.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 244/2470).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

Com relação à afronta ao art. 535 do CPC/1973, importa esclarecer que os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

No caso dos autos, embora instado a se manifestar sobre os arts. 202, I, do CC/2002, 219, caput, §§ 2º, 3º e 4º, do CPC/1973, e 71 da Lei Uniforme de Genebra, que embasariam a inadmissibilidade de interrupção do prazo prescricional – em especial sobre a inexistência de evento atribuível ao Judiciário para fundamentar a responsabilidade do agravado pela falta da citação e sobre a possibilidade de citação por edital – o TJRS não se manifestou.

Assim, a matéria controvertida não foi adequadamente decidida, havendo omissão a ser sanada.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para reconhecer omissão do acórdão recorrido determinando a remessa dos autos ao Tribunal de origem para que se pronuncie sobre os vícios verificados, ficando prejudicada a análise das demais questões.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator